O CUSTO ALUNO/ANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: até onde o valor mínimo definido nacionalmente para o Fundeb financia este nível de ensino no município de Teresina?

Antonia Melo de Sousa
Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Piauí/UFPI
antoniamelo@gmail.com
Luis Carlos Sales – UFPI
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Piauí/UFPI
lwis2006@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa aspectos do financiamento da educação pública no Brasil, com foco na Educação Infantil. Sobretudo, analisa o custo aluno/ano da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina-PI, em 2012, considerando o contexto do Fundeb e dispositivos legais que dispõem sobre o financiamento e a oferta da Educação Infantil. Por meio do método de ingredientes, calculou-se o custo aluno/ano, estabelecendo-se um plano de coleta, envolvendo seis categorias relacionadas aos custos diretos de funcionamento das pré-escolas. O resultado da pesquisa aponta a insuficiência do valor mínimo nacional por aluno definido para o Fundeb, para a manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil em Teresina.

Palavras-chave: Financiamento da Educação; Educação Infantil; Custo aluno.

INTRODUÇÃO

No âmbito das reformas ocorridas no financiamento da educação pública nas últimas décadas, a Educação Infantil só passou a ser contemplada por um sistema de financiamento normatizado em lei com recursos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a partir de 2007 com a instituição do Fundeb, que surge como promessa de resgate do conceito de Educação Básica como um direito do cidadão, incluindo aí suas diferentes etapas e modalidades, bem como uma proposta de resolução dos problemas de financiamento para a Educação Infantil, possibilitando sua expansão e busca pela qualidade nos municípios brasileiros.

Este artigo estuda questões relacionadas ao financiamento da educação pública no Brasil, com foco, principalmente, na Educação Infantil, tecendo algumas reflexões acerca da evolução da concepção assistencialista para a inserção deste nível de ensino no sistema educacional. Sobretudo, analisa o custo aluno/ano da Educação Infantil da Rede Pública

Municipal de Ensino de Teresina-PI, no ano de 2012, levando em consideração o contexto do Fundeb. Neste sentido, analisa também os custos educacionais do município, tomando como referência o valor mínimo nacional por aluno/ano definido para o Fundeb no ano de 2012 (R\$ 1.867,15) com vistas a verificar se as receitas do município para área de educação são suficientes para financiar esta etapa da Educação Básica.

UM POUCO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A expansão da Educação Infantil no Brasil ocorreu de forma mais intensa nos anos de 1970, motivada pelas inúmeras transformações sociais que o país enfrentava. No entanto, todas as transformações enfrentadas não foram, ainda, suficientes para superação do tratamento diferenciado que historicamente se deu às crianças de creches e de pré-escolas. Essa superação teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no seio de uma luta por mais escolas, por uma educação de qualidade, pela dignidade da profissão docente e pela efetiva democratização da educação, pois até a Constituição Federal de 1988, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade tinha um perfil unicamente assistencialista.

Nesta perspectiva, acreditava-se que para uma sociedade democrática e igualitária era necessário também que a escola passasse por uma reforma. Neste cenário, a Constituição Federal/88 inscreveu a Educação como um direito social e subjetivo de cada cidadão brasileiro. Com a Emenda Constitucional nº 59/2009, garantiu-se o atendimento educacional às crianças de 0 a 3 anos em creches e de 4 a 6 anos de idade em pré-escolas, configurando assim a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. A Constituição dá ênfase ao direito de todos à educação (art. 205), entretanto, parte dos brasileiros continua com seu direito social refreado por ação governamental.

Ora, a Constituição assegura o exercício dos direitos sociais e individuais e procura colocar em relevo o direito à educação aos cidadãos brasileiros. No entanto, aponta quem pode usufruir desta regalia quando limita a obrigatoriedade do acesso à educação apenas às crianças e jovens de 4 a 17 anos de idade. Com isso, uma parte da população é contemplada com educação pública e a outra, as crianças de 0 a 3 anos de idade e os cidadãos maiores de 17 anos, é deixada à mercê das políticas de cada estado e de cada município.

Só a partir da década de 1990 é que o atendimento institucionalizado à infância passou a ser considerado sob uma perspectiva educacional. A Educação Infantil deixou de ser vista

como assistência aos desamparados, para ser concebida como direito social de cada criança, a qual se firmou como sujeito sócio histórico que aprende em interação com seu entorno social. Entretanto, até 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB N° 9.394/96, as crianças de 0 a 6 anos de idade¹ ainda eram atendidas em dois tipos de instituições de Educação Infantil: as creches que sobreviviam com subsídios da área social do governo federal e recebiam desde recém-nascidos a crianças de 6 anos, e as pré-escolas que ficaram no setor educacional e recebiam crianças de 4 a 6 anos. Essa realidade mostra uma Educação Infantil organizada de forma confusa e fragmentada, em que o atendimento oferecido em pré-escolas e, principalmente, em creches, sofre ainda hoje as marcas historicamente construídas.

A LDB N° 9.394/96², artigo 4°, Inciso I, corrobora com a CF/88 quando afirma que a educação é dever do Estado e define como obrigatória e gratuita a Educação Básica apenas para os brasileiros de 4 a 17 anos de idade. Entretanto, não se pode deixar de comentar que a LDB, em suas sucessivas reformas, trouxe para a Educação Infantil significativas contribuições, como: diferenciar creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos) por faixas etárias, o que realça o caráter contínuo e interdependente entre estas duas etapas deste nível de ensino; e o seu reconhecimento como parte da Educação Básica, o que lhe garantiu lugar no sistema educacional. Desta forma, foi estipulado um prazo para a integração das instituições que atendiam crianças de 0 a 5 anos ao sistema educacional. Com isso, a partir do ano de 2000, estas instituições foram pesquisadas no Censo da Educação Infantil.

Este ordenamento nos remete a uma nova concepção de criança, posto que lhe é dada a condição de cidadã, sujeito de direito à proteção integral que deve ser assegurado pelo Estado, pela família e pela sociedade.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Para compreensão da presença da Educação Infantil no cenário das políticas de financiamento da educação pública brasileira é feito pequeno histórico do financiamento da educação, conforme Pinto (2000), em três períodos distintos. O primeiro é caracterizado pela presença exclusiva dos Jesuítas na prática do magistério público, o qual teve início com a

¹ Lei N° 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

² LDB com nova redação pela Lei N° 12.796, de 4 de abril de 2013.

chegada dos religiosos no país, em 1549, e findou com a sua expulsão em 1759. O financiamento da educação neste período se resumia em doação, pela Coroa Portuguesa, de um dote mínimo para que fossem criados os colégios, além de terras para investimento e delas tirarem proveitos, assinalando o afastamento da Coroa em relação ao financiamento da educação nacional.

O segundo período, compreendido da expulsão dos Jesuítas até o fim da República Velha, em 1930, foi um período caracterizado não só pela falta de recursos financeiros suficientes para a educação, mas também pela proclamação da independência do país, em 1822, que trouxe novo modelo educacional. No que se refere ao financiamento, esse período foi marcado por busca de fontes autônomas de recursos, como o subsídio literário criado em 1772; ou por deixar a educação à mercê das dotações orçamentárias dos estados e municípios. O certo é que as tentativas de encontrar fontes de financiamento para a educação afastaram o governo central de tal responsabilidade.

O último período, que se desdobra da promulgação da Constituição Federal de 1934 até a atualidade, tem sido distinguido pela busca da vinculação constitucional de um percentual mínimo de recursos tributários para a educação. A CF/34 trouxe novidades para a sociedade brasileira, iniciou os debates sobre direitos sociais e definiu sistematicamente a vinculação de recursos para a educação brasileira, que apesar de alguns recuos ao longo de alguns momentos históricos, hoje é uma realidade concreta nas políticas públicas de financiamento da educação.

É certo que a educação sempre foi tema de discussão no país, desde a colonização até a atualidade. A quem ela se destina e quem custeia as suas despesas sempre foi o gatilho das discussões acerca da oferta de ensino gratuito e de qualidade a todos os brasileiros. Decidir a parcela da população que seria beneficiada com oferta de educação, sempre foi privilégio de governos. Garantir educação, amparada constitucionalmente como um direito social a todos, exige cada vez mais dos governos a destinação de recursos nos orçamentos públicos. Neste sentido, vincular um percentual mínimo de recursos da receita de impostos para a educação, além de promovê-la garante um mínimo de estabilidade financeira para sua execução.

A Lei nº 9.394/96 estabeleceu as diretrizes, os princípios e os rumos da educação no país, entretanto não previu novas fontes de recursos para a educação, mas corrobora com a CF/88 acerca das orientações sobre o financiamento da educação, onde os municípios e

estados ficam com a responsabilidade maior, de 25% dos recursos, enquanto a União (com 18% dos recursos) se resguarda ao papel de ação supletiva e redistributiva dos recursos.

Assim, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef³, além de efetivar o financiamento do Ensino Fundamental, prejudicou o desenvolvimento pleno da Educação Básica, uma vez que abandonou o financiamento da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos, além de inviabilizar políticas educacionais de forma ampla nos estados e municípios, uma vez que estes estavam obrigados a investir 60% dos recursos destinados à educação com um único nível de ensino, o Ensino Fundamental.

Apesar dos avanços, como por exemplo, sua inclusão na Educação Básica, a Educação Infantil sempre esteve relegada a um plano secundário nas políticas educacionais, principalmente com o Fundef. Segundo Didonet (2006, p 39)

A educação infantil, particularmente, sofreu um revés nos primeiros anos do Fundef. As matrículas retrocederam na pré-escola. Creches foram fechadas e crianças mandadas embora, porque os municípios que investiam nessas instituições, ao verem retidos no Fundo estadual do ensino fundamental 15% de seus recursos de FPM e do repasse de ICMS, ficaram sem dinheiro para manter a educação infantil.

Segundo Melchior (1997) e Machado (2000), a partir do Fundef, os estados deixaram de investir neste nível de ensino. Arelaro (2006) chama a atenção para a sobrecarga dos municípios com o movimento de descentralização do Ensino Fundamental, que se iniciou no final dos anos de 1990, refletindo sobre o fato de que o custo aluno não acompanhava a inflação, e que, portanto, não poderia dar conta das despesas com criação e manutenção de escolas, e muito menos ainda com pagamento de professores.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb⁴ surgiu com a proposta de redistribuir, de forma mais justa e igualitária, os recursos vinculados para a manutenção e desenvolvimento da educação pública no país, passando a atender toda a Educação Básica, abrangendo a Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio, incluindo as modalidades especiais da educação: educação urbana, rural, indígena, quilombola, especial, e educação de jovens e adultos.

³ Criado pela Emenda Constitucional nº 14/96, de 12/09/1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

⁴ Criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007 e Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundef, que vigorou de 1997 a 2006.

Tanto para o Fundef, quanto atualmente para o Fundeb, é definido um valor aluno/ano. Esta é uma expressão pautada nos recursos financeiros destinados para o ensino, resumindo-se basicamente na divisão de um montante de recursos pelo número de alunos matriculados em um ano letivo. A Lei do Fundeb estabeleceu ponderações para a distribuição proporcional dos recursos, considerando as diferenças entre os níveis, etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Assim, na contagem das matrículas, para efeito do cálculo dos coeficientes determinantes entre Estado e Municípios, no âmbito de cada Estado, aplicam-se fatores de ponderação⁵ diferenciadores de custo aluno/ano, conforme quadro a seguir.

Tabela 1 - Fatores de diferenciação, considerando apenas a Educação Infantil até anos iniciais do Ensino Fundamental urbano, para o Fundeb/2012,

Creche em tempo integral – pública	1,30
Creche em tempo integral – conveniada	1,10
Pré-escola em tempo integral	1,30
Creche em tempo parcial – pública	0,80
Creche em tempo parcial - conveniada	0,80
Pré-escola em tempo parcial	1,00
Anos iniciais do ensino fundamental urbano	1,00

Fonte: FNDE/MEC

Apesar do grande número de subdivisões para a distribuição dos recursos, a norma só deve ser considerada para construção da matriz distribuidora; ela não obriga os gestores estaduais e ou municipais a aplicarem os recursos nos níveis, etapas ou modalidades de ensino, na mesma proporção em que os recebeu.

A implantação do Fundeb, em 2007, gerou grandes expectativas em toda a sociedade brasileira, pois suscitou uma proposta de resolução dos problemas de financiamento da educação. Assim, novo olhar se volta para a Educação Infantil por ter sido incluída na política de financiamento da Educação Básica. O que leva a indagação da suficiência ou não dos recursos destinados para o seu desenvolvimento.

O CUSTO ALUNO/ANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TERESINA/PI

Os resultados aqui apresentados são parte de pesquisa documental, com abordagem quantitativa, em que os documentos foram examinados com técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; seguido de organização, categorização e análise dos dados coletados. Em relação às fontes de dados, o estudo utilizou, em grande parte, dados primários, referentes aos

⁵ Resolução n° 6, de 20 de setembro de 2011 aprova as ponderações aplicáveis para o ano de 2012.

insumos educacionais, como: planilhas contendo salários dos profissionais da educação; relatórios com as despesas com água, energia, telefone, gás e outros. Também foram utilizados dados secundários do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Optou-se por uma pesquisa de caráter censitário, pois segundo Sampieri *et al* (2006, p.236), “*Sólo cuando queremos realizar un censo debemos incluir en el estudio a todos los sujetos o casos del universo o la población*”. Esta pesquisa tem como campo de investigação a Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina/PI, que no ano em estudo possuía 302 unidades de ensino, sendo 150 Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs e 152 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs. Assim, para concretização deste trabalho, foi considerada como sujeito desta pesquisa a totalidade dos 152 CMEIs ativos no ano de 2012, localizados tanto na zona rural quanto na zona urbana.

Para o cálculo do custo aluno/ano da Educação Infantil de Teresina, foi utilizado o Método de Ingredientes no sentido de analisar os dados, o qual parte do todo para as partes, por meio de um processo de desagregação contínua. Para Verhine (2005, p.62), “esta abordagem parte do geral para o específico, via desagregações consecutivas, até o ponto em que se possa identificar, sem ambiguidade, o valor-custo de cada ingrediente [...]”. Desta forma, foi possível identificar o valor-custo de cada insumo. Este valor individual, novamente agregado, permitiu encontrar o custo aluno-ano de cada CMEI e, conseqüentemente, da Rede.

No entanto, pesquisar todos os itens de custos dos 152 CMEIs tornaria esta uma tarefa bastante complexa. Neste sentido, com a finalidade de viabilizar o trabalho, optou-se por excluir desta investigação os custos de implantação do imóvel, que, para Xavier e Marques (1988, p.15), são os custos que contemplam “planejamento, aquisição de terreno, projetos arquitetônicos e de engenharia, obras de infraestrutura, construção do prédio e aquisição de materiais necessários à instalação”; como também os custos privados com a educação, os custos correspondentes aos gastos individuais das famílias com material escolar, vestuário e traslado para a escola. Assim sendo, este estudo utilizou o conceito de custo enquanto “recursos ou meios utilizados para a oferta do serviço educacional, expressos em valores monetários” (FARENZENA; MACHADO 2006, p.279), tendo em vista que esse conceito, segundo Alves (2012),

atende os requisitos das políticas de financiamento da educação ao oferecer parâmetros para o cálculo do montante de recursos que o Estado deve despende

com o funcionamento de suas escolas, ou seja, focaliza o fluxo de recursos que realmente deve haver para a manutenção delas.

Para o cálculo do custo aluno/ano dos 152 CMEIs da Rede, fez-se necessário identificar os insumos de despesas de cada unidade. No levantamento das informações necessárias para este cálculo, estabeleceu-se um plano de coleta dos dados envolvendo seis categorias, definidas previamente, por representarem os custos diretos e indiretos com a Educação Infantil. A primeira categoria, *Profissionais da Educação*, inclui os servidores, docentes e não docentes, efetivos lotados nos CMEIs, os estagiários e servidores terceirizados; a categoria *Merenda/Transporte Escolar* agregou apenas os recursos próprios da Prefeitura. A terceira categoria representa as despesas com a aquisição de *Livro didático* para todos os alunos matriculados na Educação Infantil.

A categoria, *Recurso do Tesouro Municipal* apresenta recursos financeiros do Fundo Rotativo⁶ destinados para as despesas de custeios com pequenos reparos. A categoria *Outros insumos* agrega vários insumos, como as despesas com água, energia elétrica, telefone e gás de cozinha. A última categoria, *Despesas com a administração da Secretaria*, compreende as despesas com os profissionais efetivos, terceirizados e estagiários lotados na sede; as despesas com aluguel de prédios; com água, energia elétrica, telefone e gás de cozinha.

Para o cálculo do custo aluno/ano dos 152 CMEIs, fez-se necessário dividir a soma total das despesas pesquisadas em cada categoria de insumos, no período da pesquisa, pela matrícula total, 23.701 alunos, no ano de 2012. A Tabela 2, a seguir, apresenta os valores totais encontrados nas seis categorias estudadas; o valor do custo aluno/ano referente a cada categoria; como também o percentual de contribuição de cada uma na composição do custo aluno/ano médio da Educação Infantil, nos CMEIs da Rede.

Tabela 2 - Categorias pesquisadas na composição do custo aluno/ano médio da Educação Infantil, no ano de 2012, sem os recursos do FNDE.

CATEGORIAS	TOTAL (R\$)	CUSTO ALUNO/ANO	%
Profissionais da Educação	50.180.395,13	2.117,23	84,2
Merenda/Transporte Escolar (recurso próprio)	3.083.292,97	130,09	5,2
Despesas com a Administração	2.715.847,57	114,59	4,6
Outros Insumos	1.777.935,67	75,02	3,0
Livro Didático	1.177.015,50	49,66	2,0
Recurso Municipal (Fundo Rotativo)	640.975,00	27,04	1,1
TOTAL	59.575.461,84	2.513,63	

⁶ Recursos próprios repassados pela Prefeitura Municipal de Teresina para as EMEFs e CMEIs da Rede, a cada ano letivo para as despesas de custeios com pequenos reparos.

Fonte: Dados da Pesquisa

A tabela acima mostra o valor de R\$ 59.575.461,84 como o total das despesas com a Educação Infantil, e, deste montante, pode-se constatar que as despesas com servidores têm impacto determinante na composição do custo aluno, com percentual de 84,2% do valor do custo aluno/ano médio da Rede, de R\$ 2.513,63. Fato que já foi constatado em outras pesquisas (NALU, 2006; VERHINE, 2006) realizadas na área de custos educacionais.

Os recursos oriundos do Fundeb são repassados aos municípios, conforme a matrícula informada no censo escolar do ano anterior. Neste sentido, foram utilizadas as matrículas de 2011, da Educação Infantil, para definição do valor repassado pelo Fundeb para esse nível de ensino, no ano de 2012.

Tabela 3 – Estimativa do valor recebido do Fundeb, em 2012, referente às matrículas da Educação Infantil no ano de 2011.

EDUCAÇÃO INFANTIL⁷	R\$	MATRÍCULA 2011	TOTAL
Creche pública em tempo integral (fator de ponderação = 1,3)	2.427,30	265	643.233,18
Creche pública em tempo parcial (fator de ponderação = 0,8)	1.493,72	8.392	12.535.298,24
Pré-Escola em tempo integral (fator de ponderação = 1,3)	2.427,30	423	1.026.745,79
Pré-Escola em tempo parcial (fator de ponderação = 1,0)	1.867,15	14.131	26.384.696,65
Educação especial (fator de ponderação = 1,2)	2.240,58	245	548.942,10
TOTAL		23.456	41.138.915,96
VALOR MÉDIO DO CUSTO ALUNO/ANO DO FUNDEB			1.753,88

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 3 mostra que a Prefeitura recebeu do Fundeb o valor de R\$ 41.138.915,96. Este valor dividido pelos alunos matriculados em 2011 aponta o valor médio do custo aluno/ano do Fundeb/2012, de R\$ 1.753,88, para a manutenção e desenvolvimento do ensino na Educação Infantil.

É importante analisar comparativamente se as despesas realizadas pela Prefeitura com a manutenção da Educação Infantil foram compensadas pelo valor recebido do Fundeb em 2012 (Tabela 2). Neste sentido, fez-se necessário realizar a subtração do valor efetivo das despesas do município com a Educação Infantil, de R\$ 59.575.461,84, pelo valor oriundo do Fundeb, de R\$ 41.138.915,96. O valor encontrado apresenta um *déficit* de R\$ 18.436.545,88 para a Prefeitura, ou seja, o valor total das despesas é 44,8% maior que o valor recebido do Fundeb. Nesta lógica, a Tabela 4 apresenta os dois custo aluno/ano encontrados na pesquisa..

⁷ As matrículas nos CMEIs que funcionam em tempo integral representam apenas 2,9% do atendimento.

Tabela 4 – Custo aluno/ano para a Educação Infantil, no ano de 2012.

CUSTO ALUNO/ANO	R\$
Encontrado neste estudo	2.513,63
Recebido pelo Fundeb (estimativa)	1.753,88

Fonte: Dados da Pesquisa

Constata-se na Tabela 3 que o valor de R\$ 2.513,63 corresponde ao custo aluno/ano que o município desembolsou, em média, por cada um dos 23.701 alunos matriculados nos 152 CMEIs. Esse valor foi encontrado, a partir da divisão do total das despesas realizadas com a Educação Infantil pelas matrículas de 2012. O valor de R\$ 1.753,88 é o valor médio do custo aluno/ano que a Prefeitura recebeu do Fundeb para a manutenção e desenvolvimento do ensino na Educação Infantil. O valor encontrado pela pesquisa é 43,3% maior que o valor recebido do Fundeb.

Os dois valores de custo aluno/ano encontrados na pesquisa evidenciam, na prática, a insuficiência do valor mínimo nacional por aluno. Sabe-se que o papel da União, atribuído pela CF/88, artigo 211, é o de "garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios". Os dados apresentados neste trabalho mostram que, apesar de o Fundeb ter abrandado as desigualdades entre estados e municípios, ter induzido o aumento do aporte de recursos para a Educação Infantil (ARAÚJO, 2009), ainda se faz necessário maior volume de recursos federais para que os municípios possam realmente garantir uma oferta de educação de qualidade neste nível de ensino da Educação Básica.

CONSIDERAÇÕES

Ao distribuir as competências entre os entes federados, a CF/88 confia aos municípios os gastos com o Ensino Fundamental e com a Educação Infantil. No entanto, o Governo elabora uma política de fundos de financiamento para a educação pública que ignora parte do que é incumbido constitucionalmente aos municípios. O Fundef foi criado com o objetivo de municipalização do ensino no país e universalização do Ensino Fundamental, sendo totalmente omissivo em relação ao financiamento da Educação Infantil. Com o Fundeb, novas expectativas surgem em relação à oferta da Educação Infantil. Entretanto, os recursos destinados para seu financiamento, com o fundo, são acanhados e não atendem a uma realidade reprimida desde sempre.

Os dados apresentados neste trabalho fazem parte de uma pesquisa documental realizada com os dados referentes ao ano de 2012, na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, envolvendo 152 CMEIs. O resultado empírico encontrou o custo total da referida Rede e o valor médio do custo aluno/ano.

Investir mais na Educação Infantil é necessário. Apenas com mais recursos será possível melhorar o ensino ofertado e incluir as crianças, principalmente as de 0 a 3 anos de idade, que ainda estão fora do sistema educacional; desta forma, teremos um país mais justo e com melhores perspectivas de futuro. Neste sentido, a Educação Infantil precisa ser considerada no conjunto da Educação Básica, e não como uma possibilidade de recorte, sendo fracionado seu atendimento, comprometendo a integralidade entre o atendimento de creches e pré-escolas, um dos pequenos avanços trazidos pela LDB.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago. **Desenvolvimento de um Modelo de Previsão de Custos para Planejamento de Sistemas Públicos de Educação Básica em Condições de Qualidade**. Tese (Doutorado em Administração), USP, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, Luiz. **O financiamento da educação básica no segundo mandato do governo Lula**. Revista Insumos para o Debate. Jan. 2009. p. 34- 51, v. I.

ARELARO, L.; GIL, J. Política de fundos na educação: duas posições. In: LIMA, M. J. R.; DIDONET, V. **FUNDEB – avanços na universalização da educação básica**. Brasília: MEC–Inep, 2006, p. 71-88.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20/fev/2014.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 20/fev/2014.

_____. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm> Acesso em: 20/fev/2014.

_____. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos artigos. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>. Acesso em: 20/fev/ 2014.

_____. **Lei nº 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 20/fev./2014.

_____. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 20/fev./2014.

DIDONET, V. A educação infantil na educação básica. In: LIMA, M. J. R.; DIDONET, V. **Fundeb – avanços na universalização da educação básica**. Brasília: MEC–Inep, 2006, p. 31-48.

FARENZENA, N.; MACHADO, M. G. F. **Um estudo do custo por aluno em escolas municipais brasileiras**. Relatório de pesquisa, Porto alegre. 2006. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/23062008_estudo_custo_aluno_2006.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MACHADO, L. B. **O Fundef: sua implicação no contexto da Educação Básica**. Recife, 2000. p. 77-83, v.1, n. 5, jan./jun. Revista de Administração Educacional,

MELCHIOR, J. C. de A. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

NALÚ, Farenzena (Org.). **Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais**. Brasília INEP/MEC, 2005.

PINTO, José Marcelino de Resende; AGRIÃO, Theresa. **Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_gestao/modulo4/texto_financiamento_marcelino_e_thereza.pdf>. Acesso em 2/abr./2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández; et. al. **Metodología de La investigación**. México: McGrawHill, 2006.

VERHINE, R. **Levantamento do custo-aluno-ano em escolas de Educação Básica que oferecem condições de oferta para um ensino de qualidade – 2ª Etapa**. (Salvador, Bahia), 2005. Disponível em:<<http://www.isp.ufba.br/INEP%2024-05.pdf>>. Acesso em 18/Nov./2013.

XAVIER, A. C. R.; MARQUES, A. E. S. **Custo direto de funcionamento das escolas públicas de 1º grau da região da região Sul**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Ensino Básico, 1988.